



## PANORAMA DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ASPECTOS GERAIS DAS CAUSAS E SOLUÇÕES

*Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo*

### **RESUMO**

Este artigo trata das questões gerais que envolvem a Evasão no Ensino Superior brasileiro, considerando o cenário atual decorrente da evolução dos dados de matrículas e preenchimento de vagas nos setores público e privado, as razões do tardio reconhecimento da Evasão como um sério e importante problema por parte do governo, das instituições de ensino superior (IES) e dos seus mantenedores e/ou dirigentes e se concentra em discutir a Evasão sob o seu aspecto gerencial.

Esta ênfase na gestão da Evasão - que foi adotada para colaborar na discussão, compreensão e apoio às medidas para seu controle e diminuição – orienta a definição da Evasão em seus diferentes tipos e as formas de mensurá-los. Além disso, alerta sobre a importância de se desenvolver análises e pesquisas para estudar cada tipo de Evasão, uma vez que há pouco material cientificamente produzido sobre o tema no Brasil.

Com a visão de que a Evasão é um problema de gestão, o artigo apresenta as principais causas da Evasão do Sistema na visão da autora, um resumo da evolução histórica dos estudos internacionais mais importantes sobre as causas da Evasão do aluno e indica os pontos defendidos como ações necessárias para combatê-la, incluindo alguns exemplos de casos bem sucedidos em instituições americanas.

Por fim, constam algumas considerações para orientação dos gestores universitários, de IES públicas e privadas, baseadas nas experiências profissionais que os diretores do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia e da Lobo & Associados Consultoria desenvolveram na área e incorporam nos cursos de capacitação de gestores universitários que realizam e nos estudos sobre a Evasão no Ensino Superior brasileiro que elaboram, e sempre que é possível publicam, desde 2006.

### **INTRODUÇÃO**

A Evasão é um dos maiores problemas de qualquer nível de ensino e o é, também, no Ensino Superior Brasileiro, público e privado. O abandono do aluno sem a finalização dos seus estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino, pois perdeu aluno, seus professores, a instituição de ensino, o sistema de educação e toda a sociedade (ou seja, o País).

Essa perda coletiva ocorre na medida em que esses “evadidos” terão maiores dificuldades de atingir seus objetivos pessoais e, porque, no geral, existirá um número menor de pessoas com formação completa do que se poderia ter e mais dificuldade para que cumpram seu papel na sociedade com eficiência e competência.

Portanto, todos perdem com a Evasão (e sabemos que não é pouco!), por isso, a perda de alunos ao longo do processo formativo sempre foi motivo de severas críticas de especialistas e de estudiosos, tanto da educação quanto da economia, mais pungentes no ensino básico do que no superior e mais nos países desenvolvidos do que no Brasil.



Tendo em vista a dimensão do problema da Evasão, o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia vem realizando, com o apoio da Lobo & Associados Consultoria, um trabalho detalhado sobre a Evasão no Ensino Superior Brasileiro.

Esse trabalho foi desenvolvido por meio do levantamento dos dados, do cálculo das taxas e do estudo sobre as causas e as medidas definidas como as melhores práticas a partir do que as experiências nacionais e internacionais sugerem e apresentado, pela primeira vez, no Seminário Nacional do Instituto Lobo/ Lobo & Associados: “A Evasão no Ensino Superior: de nada adianta atrair mais alunos, quando não se consegue mantê-los!”, realizado em 2006, em São Paulo, com média de 9,7 na avaliação feita pelos participantes.

Esses estudos sobre a Evasão - coordenados pelo presidente do Instituto Lobo, Prof. Dr. Roberto L. Lobo e Silva Filho<sup>1</sup> e disponibilizados, também, em CD-ROM - geraram matérias em diversos jornais e revistas de circulação nacional, além de publicações em revistas científicas indexadas com uma importante e nova abordagem do problema, permitindo oferecer aos interessados um rico *benchmarking* sobre o tema, com possibilidades de análises e comparações com resultados de outras instituições a partir de informações oficiais.

Os estudos foram atualizados a cada novo Censo divulgado pelo INEP<sup>2</sup>, tendo a última atualização sido realizada em 2011 (com os dados de 2009) para ser apresentada, em outubro de 2011 em Brasília - DF, a convite da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), no Seminário – “Evasão e retenção: Problemas e Soluções”, que contou na abertura com a palestra magna do Luiz Cláudio Costa – Secretário da Educação Superior/MEC, que tratou do tema “Evasão e retenção no Ensino Superior brasileiro sob a ótica do Governo Federal”.

Além do Secretário, participaram o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) - por meio do conferencista Rodrigo Capelato, Diretor Executivo - que falou sobre “O que os números revelam sobre o perfil da Evasão no Ensino Superior brasileiro” e o Instituto Lobo, que apresentou a conferência “Panorama da Evasão no Ensino Superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções”, cujo teor serviu de base para definir o escopo deste artigo.

## **EVOLUÇÃO E CENÁRIO GERAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Para justificar o crescimento recente da importância dada ao tema da Evasão pelos gestores das Instituições de Ensino Superior (IES), em especial pelos mantenedores das instituições privadas, e mesmo das associações e dos órgãos de governo ligados ao setor de Educação Superior, é preciso ter em mente a evolução e o cenário do Ensino Superior brasileiro.

Todas as análises apresentadas neste trabalho vão se referir ao ensino presencial, sem incorporar os dados de Educação a Distância (EAD), que mereceriam um estudo próprio.

Depois de 1996, com a promulgação da nova LDB e a sequência de medidas que visavam à desregulamentação do Ensino Superior no Brasil para incentivar a expansão

<sup>1</sup> Doutor em Física pela Universidade de Purdue, Ex-reitor da USP e da UMC, é Presidente do Instituto Lobo e Sócio- diretor da Lobo & Associados.

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP

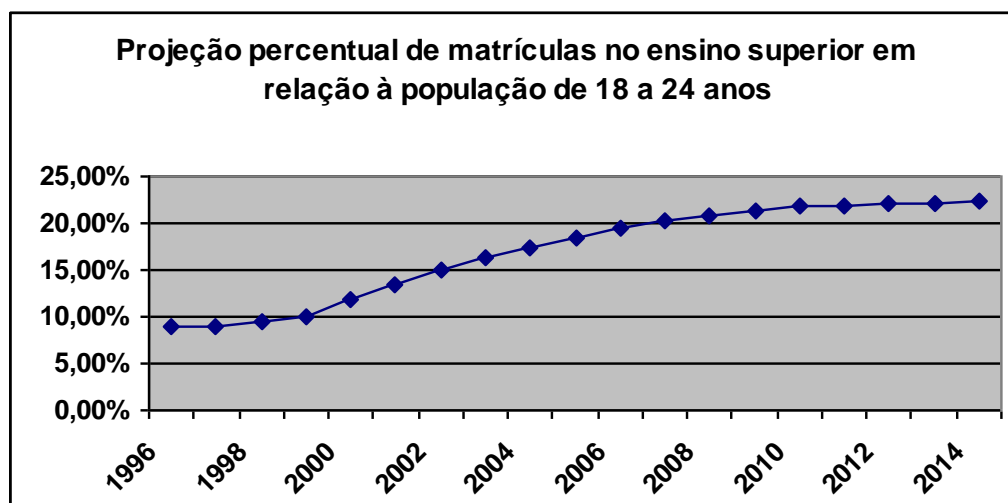
das instituições, dos cursos, das vagas e, conseqüentemente, das matrículas<sup>3</sup>, o resultado foi o grande aumento de IES, de cursos e de alunos, que atingiu seu pico entre 1999 e 2002.

Mesmo com o grande crescimento que houve em 12 anos (1997-2009), as matrículas na Educação Superior ainda estavam abaixo do que previa a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), pois não atingiu, pelo menos, os 30% em relação à população na faixa de 18 a 24 anos, neste nível de ensino, como previa o PNE.

Apesar dos importantes incentivos dos programas de financiamento governamental para os alunos do setor privado, em especial o FIES<sup>4</sup> e o PROUNI<sup>5</sup> (e para as IES Federais por meio do programa do REUNI<sup>6</sup>), já era sabido que a população capaz de fazer frente aos custos de cursos universitários, praticamente, já estava sendo atendida, e ficava cada vez mais clara a necessidade de aumento das formas de apoiar o aluno academicamente capaz, mas sem condições financeiras de cursar o nível universitário privado, ou mesmo público.

As projeções das matrículas, mantidas as condições de regulamentação na área, já permitiam vislumbrar uma saturação da demanda por volta de 2012 a 2014, conforme mostra o **Gráfico 1**.

**Gráfico 1: Projeção de matrículas em relação à população na faixa de 18 a 24 anos<sup>7</sup>**



Pelo Censo de 2009, a situação do Ensino Superior brasileiro daquela época poderia ser resumida, grosso modo, da seguinte forma<sup>8</sup>: dos cerca de 5 milhões de alunos em 2009, praticamente um terço estava no setor público e 2 terços no setor privado, sendo que o setor público se organizava basicamente em universidades (que no total se dividiam em 100 públicas e 86 privadas), que detinham, em seu conjunto, mais de 2,5 milhões de matrículas. Ou seja, praticamente metade mais 500 mil estudantes de terceiro grau estavam especificamente nas universidades privadas.

<sup>3</sup> O ensino superior brasileiro crescia a taxas muito inferiores aos demais países em geral, incluindo países bem mais pobres da própria América do Sul.

<sup>4</sup> Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal

<sup>5</sup> Programa Universidade para Todos do Governo Federal

<sup>6</sup> Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

<sup>7</sup> Fonte: Elaborado pelo Instituto Lobo a partir de dados divulgados pelo INEP/MEC,

<sup>8</sup> Cálculos elaborados pelo Instituto Lobo a partir de dados divulgados pelo INEP/MEC até setembro de 2011.

Da outra metade, cerca de 75% de matrículas do sistema estavam em faculdades privadas e 25% em centros universitários<sup>9</sup>, que respondiam por 2,2 milhões de alunos. O restante que completava os 100%, cerca de 300 mil, estavam em outras IFEs<sup>10</sup> que não são universidades.

Essas proporções praticamente não se alteraram até hoje. É possível fazer uma analogia da distribuição de matrículas com a típica distribuição de vários ramos de atividade que se caracterizam pelo formato da letra “U”, onde em uma ponta temos menos de 200 universidades que concentram metade das matrículas e, na outra, mais de 2.000 instituições de vários tipos (a esmagadora maioria privadas) que respondem pela outra metade.

É importante anotar que em 2009 o modelo de faculdades privadas já atingia o incrível patamar de mais de 1.800 IES pelo Brasil afora e que esse é o tipo de IES que, claramente, responde e ainda responderá por longo tempo pela verdadeira interiorização do Ensino Superior no País.

Da promulgação da LDB para cá, esse crescimento muito expressivo gerou um choque de oferta pelo setor privado, que foi o que mais cresceu, inclusive em razão da melhoria da economia brasileira, mas não houve a geração de um círculo virtuoso de oferta e demanda e, a partir de 2002, a queda do percentual de aumento das matrículas no setor privado ficou evidente e só se recrudescceu de lá para cá.

Uma das razões que pode ser levantada, para explicar a estagnação do total das matrículas do Ensino Superior privado, seria a relação entre o número de ingressantes (1,7 milhões) e o número de candidatos (6 milhões – pois muitos fazem mais de uma inscrição) ao Ensino Superior, que já apresentava estabilidade (segundo dados do próprio INEP), ou seja, indicava que as matrículas no terceiro grau se nivelariam no início desta década.

Esta hipótese foi reforçada quando se confirmou o número de concluintes do Ensino Médio regular, que já era igual ao número de ingressantes nas IES (1,7 milhões) neste mesmo período.

Desde sempre, e ainda hoje, quase metade dos alunos das instituições privadas no Brasil estão fora da faixa etária típica (ou seja, de 18 a 24 anos), pois são muitos os que chegaram tardiamente, e pela primeira vez, aos bancos universitários e ainda é expressivo o número de pessoas que retornam para concluir ou aumentar sua qualificação por meio de uma segunda graduação. Entretanto, essa é a chamada demanda reprimida e não representa a faixa típica a ser atendida por políticas governamentais para adequar os indicadores do Ensino Superior em um país.

Como o Ensino Médio deveria ser cada vez mais o grande e natural “abastecedor” do Ensino Superior, se não houver uma melhoria de resultados dos seus concluintes e/ou um acréscimo importante nas políticas de financiamento ao estudante em geral, as matrículas das IES privadas tendem a diminuir ainda mais em seu global, uma vez que apenas parte dos egressos do Ensino Médio vão para as faculdades e universidades.

Toda essa situação de muita oferta, que era nova até 2002 para a maioria dos gestores das IES, gerou um aumento da disputa pela demanda. O que se viu foi que o aumento expressivo da oferta de cursos e vagas pelas IES que não foi acompanhado pelo aumento de matrículas na mesma proporção, daí a existência de cursos com baixa

---

<sup>9</sup> Nota da autora: Só há, praticamente, este tipo de organização administrativa de Instituição de Ensino Superior – IES denominado “Centro Universitário” no setor privado.

<sup>10</sup> Instituições Federais de Ensino

relação candidato/vaga, principalmente em alguns cursos específicos e com mais ênfase em alguns tipos de IES e regiões do Brasil.

É preciso ficar claro que, apesar do crescimento geral do sistema de 1997 para cá, o bolo representado pelo total de matrículas não foi suficiente para acompanhar a oferta das IES privadas. O que acabou ocorrendo, na verdade, foi que os alunos se distribuíram cada vez mais entre um número maior de instituições, e dentro delas, entre mais cursos, diminuindo o total médio de alunos por curso.

Sabemos que, se na média, em 2009, as IES privadas estavam atraindo cerca de 1,3 candidatos por vaga (algumas IES e cursos com taxas bem maiores e outros bem menores), seria de se prever que, diante da desistência que ocorre antes da realização do processo seletivo e da não efetivação da matrícula após a classificação e chamada dos aprovados, o preenchimento das vagas seria um problema crescente no setor privado.

A queda constante de candidatos sinalizava um crescimento negativo do segmento, a partir de 2009, e o setor privado entrou, já há algum tempo, em um precoce processo de “consolidação de mercado”, um fenômeno conhecido em muitos ramos da economia e entendido como uma estabilização da demanda, considerada como as pessoas interessadas e realmente capazes de fazer frente às exigências de frequentar cursos superiores pagos.

Por conta disso, vem ocorrendo uma reorganização da distribuição da participação das IES no “mercado de Ensino Superior”, em especial entre as IES particulares com e sem fins lucrativos por meio de fusões, aquisições e até fechamento de algumas, entre outras consequências.

Enfim, esses problemas (poucos candidatos por vaga, aumento da média de cursos por IES, aumento de IES etc) geraram (e continuam gerando, cada vez mais) um dos maiores problemas para a viabilidade do setor privado, que vive das mensalidades de seus alunos: as vagas ociosas, como mostra o **Quadro 1**.

**Quadro 1: Índice de vagas preenchidas nas IES públicas e privadas** <sup>11</sup>

ANO	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL
1999	96,29%	78,95%	83,19%
2000	106,30%	79,81%	85,16%
2001	107,14%	80,86%	85,64%
2002	108,46%	73,82%	79,59%
2003	114,39%	70,79%	76,92%
2004	116,04%	62,80%	69,88%
2005	105,74%	63,45%	69,89%
2006	101,41%	61,66%	66,67%

<sup>11</sup> Dados até 1999 - número de ingressantes por vestibular; de 2000 a 2009 - por todas as formas de ingressos. Fonte: Elaborado pelo Instituto Lobo / Lobo & Associados Consultoria, a partir de dados do INEP / MEC (1999 a 2009)



<b>2007</b>	<b>102,11%</b>	<b>59,04%</b>	<b>64,06%</b>
<b>2008</b>	<b>102,49%</b>	<b>57,60%</b>	<b>62,77%</b>
<b>2009</b>	<b>96,26%</b>	<b>48,85%</b>	<b>54,75%</b>

Como pode ser verificado no **Gráfico 1**, o Ensino Superior público não tem tido grandes problemas em preencher, historicamente, suas vagas e por mais que tenha crescido (e venha a crescer) só tem apresentado problemas de demanda em alguns cursos que têm dificuldades de atrair os jovens pelas mais diversas razões que vão desde a dificuldade de manutenção financeira de muitos alunos até a falta de atratividade de algumas profissões.

Nas IES públicas, que chegam a ter um índice de preenchimento maior que um candidato por vaga (em virtude, provavelmente, das matrículas *ex officio*), os indicadores de número de alunos, preenchimento de vagas e Evasão só passaram a contar com mais peso para essas IES (na maioria dos casos, mas com exceções, é claro) na medida em que o total de alunos passou a direcionar parte dos recursos orçamentários governamentais e das vagas de servidores (docentes e funcionários).

Entretanto, no setor privado, como os cursos são planejados para um determinado número de alunos iniciantes pagantes (em muitos casos com turmas cada vez menores por exigência das Comissões de autorização e reconhecimento), as vagas ociosas representam um problema muito mais grave a até um grande risco para a viabilidade desses cursos e das próprias IES.

A falta de receita compromete todo o plano acadêmico e administrativo-financeiro realizado a partir das expectativas de classes plenas, ou com mais alunos do que os realmente existentes e pagantes. Com as vagas ociosas, uma grande parte das IES privadas teve que olhar outras frentes de atuação para reversão, ou melhoria do quadro e criar ações que vão além da acirrada luta pela captação de alunos.

Ou seja, se mais da metade das vagas anunciadas pelas IES privadas, em média, já não estavam sendo preenchidas, o que antes era uma luta concentrada para atrair novos alunos passou a ter um novo foco e assim se explica a razão do início (ou podemos dizer do aumento) da preocupação em manter aqueles alunos que já estão estudando, ou seja, uma maior preocupação com a Evasão.

Pode parecer injusto com algumas IES, ou com alguns cursos que se correlacione a preocupação com a Evasão com o aumento da pressão (diferente para cada tipo de IES, mas presente tanto nas IES públicas quanto nas privadas) decorrente da necessidade de aumento de matrículas. No entanto, há um fato inexorável: o aumento de matrículas só pode ocorrer de 3 formas numa IES: aumentando-se as vagas dos cursos existentes e/ou seu preenchimento (sejam vagas iniciais ou abertas no decorrer dos cursos por perda de alunos), ou aumentando-se o número de cursos (que tenham alunos é claro), ou diminuindo-se todo tipo de Evasão.

Todos sabem como abrir novos cursos e a dificuldade de viabilizá-los e muitos vivem a batalha pelos candidatos que já é antiga, então, o fator novo para aumentar o número total de matrículas é o real combate à Evasão.

Infelizmente, com exceção de alguns esparsos e bem intencionados trabalhos desenvolvidos para entender um ou outro fenômeno, aqui e acolá, a grande maioria dos estudos da Evasão existentes no Brasil são academicamente limitados a experiências

individuais, de uma IES, ou de um docente, enquanto nos países desenvolvidos são inúmeros e sistemáticos!

Praticamente não existem estudos e políticas específicos sobre a Evasão no Ensino Superior brasileiro e não é preciso reafirmar que a necessidade dos mesmos não deveria depender da fase de desenvolvimento, ou crescimento do segmento.

Estudar a Evasão deveria ser uma política governamental geral voltada à qualidade acadêmica e, também, à responsabilidade do uso dos recursos (públicos e privados), desde que essa política seja entendida como a realização de processos e análises (documentados, sistematizados e divulgados, incluindo os resultados das ações realizadas) motivados e/ou incentivados, explicitamente, por órgãos de governo gestores ou fiscalizadores das IES públicas e privadas para essas duas finalidades.

Nos Estados Unidos, por exemplo, havia, quase dez anos atrás, mais de 14 mil sites que já tratavam, especificamente, (e apresentavam os respectivos dados, diretrizes e resultados dos diferentes programas dos governos e das IES) do assunto Evasão, ou, como costumam dizer os americanos “de como aumentar a permanência e a taxa de titulação dos alunos do terceiro grau”!

Por isso, não nos surpreende quão pouco se sabe e se faz para que a Evasão seja gerida como um problema real e de grandes repercussões no Ensino Superior do Brasil. Pelas mesmas razões apontadas, este artigo e outros estudos mais recentes do Instituto Lobo, do Semesp, da ABMES e de alguns setores ligados à Educação Superior sobre a Evasão se revestem de grande relevância, por mais que ainda careçam de dados precisos e confiáveis e até mesmo de testes de modelos científicos em pesquisas nacionais abrangentes.

Seria, portanto, muito importante que fossem financiadas iniciativas e desenvolvidas mais pesquisas e estudos sistemáticos sobre a Evasão, que permitissem indicar com mais precisão quais são as melhores práticas para combatê-la com eficácia a partir da compreensão dos problemas do nosso próprio sistema e não, apenas, dos problemas que já são estudados em outros países.

## **COMO DEFINIR E MEDIR A EVASÃO**

Quem é da área sabe como é difícil padronizar tudo aquilo que diz respeito à Evasão. Em primeiro lugar, ao estudar a Evasão do Ensino Superior é preciso ter clareza e explicitar de qual Evasão estamos falando, pois podemos citar alguns diferentes tipos de Evasão: a Evasão do Curso, a Evasão da IES e a Evasão do Sistema, todas derivadas de diferentes cálculos da Evasão dos Alunos.

Normalmente, o cálculo da Evasão usa regras definidas para serem seguidas pelos diferentes países. Como nem sempre é possível acompanhar o que ocorre com cada aluno, individualmente, o que se chama de acompanhamento da coorte, apenas os grandes números são estudados, na maioria das vezes a partir da soma da Evasão do conjunto dos diferentes cursos de todas as IES que compõem o Sistema de Ensino Superior.

Entretanto, nem sempre é possível garantir, ou saber se o aluno abandonou os estudos de forma temporária ou definitiva. Se o afastamento for temporário, ou seja, se houve trancamento de estudos, o aluno poderá retornar após um, ou alguns períodos letivos, e é preciso definir se (e como) esse aluno “trancado” vai compor o cálculo da Evasão.

Em especial nos países em que não há regras universais e a efetivação do jubramento dos alunos que param ou atrasam seus estudos, os cálculos realizados a partir da soma da Evasão dos cursos são mais fáceis de serem utilizados.

Os setores mais preocupados em apresentar dados que reflitam a exatidão do fluxo das matrículas sabem como é difícil fazer isso com precisão e de forma confiável, pois seria necessário acompanhar a identidade de cada aluno e tudo o que ocorre com cada um dos milhões de alunos do sistema.

Uma vez que uma parte expressiva dos alunos pode abandonar uma IES, mas permanecer no sistema, ou seja, transferir-se para outra IES, há quem defenda outros tipos de cálculo de Evasão, que levem esse fato em consideração de forma precisa, mas esses cálculos acabam se tornando mais difíceis de serem aferidos e auditados.

Por não sabermos se e quando um aluno que abandonou seu curso e sua IES (seja por trancamento, ou simples desistência) vai ou não retornar e em qual período, não podemos deixar de estudar o problema e medi-lo, e para isso, não é possível trabalhar apenas com dados passados. É preciso fazer projeções e para fazê-las é necessário usar uma metodologia que permita calcular a Evasão atual sem contar com o acompanhamento da coorte (ou seja, de todos os alunos do sistema individualmente).

Pelas razões apontadas acima, muitos países adotam uma fórmula padrão para medir a Taxa de Titulação, ou seja, quantos alunos se formam anualmente no conjunto dos cursos (da qual se pode tirar a taxa de Evasão) já levando em conta uma perda de prováveis retornos de alunos que abandonaram seus cursos, à razão de uma porcentagem ao longo de um determinado número de anos, caso contrário, jamais seria possível fazer cálculos para comparar diferentes países, ou mesmo estabelecer parâmetros ou propor políticas gerais para melhorar a taxa de Titulação (ou seja, para também combater a Evasão) já que, sem isso, não se poderia medi-la ou projetá-la com consistência.

### **A Evasão do Curso**

É aquela em que o aluno deixa um curso por qualquer razão: muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários. No caso do estudante mudar de curso, mas permanecer na IES, por mais estranho que possa parecer, muitas IES não consideram isso uma Evasão propriamente dita, assim como não consideram Evasão se a vaga deixada por um aluno que mudou de curso, ou de IES, for preenchida por outro aluno que venha por transferência, ou como matrícula de graduado.

Na verdade, estritamente falando, toda vez que um aluno deixa de estudar em um curso, por qualquer razão, o curso teve uma perda (ou seja, houve uma Evasão!) que precisa ser analisada, mesmo que essa perda seja “compensada” pela ocupação de uma vaga em outro curso da IES, ou até no mesmo curso por outro aluno. Medir a Evasão não se trata só de verificar um “saldo de caixa”, ou seja, quantos alunos entraram menos quanto saíram, mas quem entrou e quem saiu e por quais razões, para que seja possível evitar outras perdas pelos mesmos motivos com ações que gerem mudanças e essas só acontecem se entendemos, claramente, o que está ocorrendo.

Para quem acha que esse é um trabalho desnecessário, ou que os números envolvidos não são impactantes, vejamos: um curso que tem 60 vagas, se seguir a média de Evasão anual das IES privadas preencherá somente cerca de 30 vagas iniciais e vai perder cerca de 20% ao ano (ao ano e não ao todo!) de seus alunos. Com quantos alunos terminará o último período?



Em outro caso: se um curso que tem enormes dificuldades de atrair alunos interessados preenche só metade das vagas iniciais, sendo que 50% destas vagas preenchidas são ocupadas com alunos que se matricularam por meio de segunda opção (não necessariamente com todos sendo pagantes integrais) e em virtude disso, o curso é mantido pela IES, pois “atingiu o número de alunos previsto para funcionar” é preciso refazer o planejamento financeiro do curso, pois alunos em segunda opção evadem mais do que os de primeira. Quanto os demais cursos da IES terão que arrecadar para cobrir o déficit desse curso?

Se um curso é considerado um sucesso (na opinião dos seus membros e de muitos gestores) quando preenche as suas 60 vagas iniciais e, apesar de perder metade de seus alunos ao longo dos dois primeiros anos, porque recebe de volta a mesma metade por transferência com alunos vindos de instituições mais fracas, o curso estaria dentro das expectativas financeiras da IES. Será que realmente esse curso pode ser considerado um sucesso?

Por fim: se não há uma preocupação em sanear o êxodo dos ingressantes do processo seletivo e nem sempre se leva em consideração que os alunos que cobriram “a parte financeira da Evasão” entraram em uma IES sem passar pela mesma seletividade, ou por qualquer projeto de adequação dos mesmos à cultura e exigência de competências necessárias para chegar ao ciclo profissional (pior ainda quem recebe alunos nos períodos finais do curso), essa IES estará formando egressos e colocando profissionais no mercado que respondem por seu projeto pedagógico e por seu resultado efetivo no Enade<sup>12</sup>. Isso por si só não seria uma justificativa inquestionável para que se acompanhe a Evasão de forma adequada?

Se essas considerações e perguntas parecerem sensatas para quem as lê, é preciso que haja uma conscientização nas IES (que ainda não fazem isso) para que passem a cuidar e a acompanhar a Evasão do Curso e da instituição como um problema institucional de grande importância!

Além disso, se prevenir é muito melhor do que remediar, é bom lembrar que muitos cursos no setor privado (e quase sempre também no setor público) praticamente são lançados sem pesquisa específica de mercado, sem definição clara do público-alvo, sem diferenciais mensuráveis e com estudos superficiais sobre viabilidade em relação às vagas e à seletividade dos ingressantes. Como consequência, vários desses cursos esgotam a lista de candidatos e, praticamente, não fazem de fato seleção alguma.

Nesses casos, então, é preciso rever todos esses processos internamente, seja para combater a Evasão (que aumenta em virtude de todos esses fatos apontados), seja porque pesquisas mostram que a qualidade do ingressante responde por quase 70% do resultado positivo de um curso no Enade!

### ***Como calcular a Evasão do Curso***

O Instituto Lobo tem adotado, em todos os seus estudos e cursos, a fórmula que considera mais correta para realizar os cálculos da Evasão Nacional no Ensino Superior Brasileiro, apresentada pelo Prof. Dr. Roberto Lobo, Presidente do Instituto Lobo<sup>13</sup>.

Os estudos e pesquisas do Instituto Lobo sobre o tema, entre eles o que consta de importante publicação em Educação no Brasil – os “Cadernos de Pesquisa” da Fundação

<sup>12</sup> Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) realizado pelo Governo Federal.

<sup>13</sup> Item 12 da Bibliografia

Carlos Chagas<sup>14</sup> – toma como base a Evasão Anual do Conjunto dos Cursos, inclusive para analisar a Evasão Global, assim como a Evasão por tipo de Organização Acadêmica das IES, por Região Geográfica das IES e por Área de Conhecimento ou por Curso, dependendo dos dados oficiais disponibilizados.

Esta fórmula não leva em conta a origem do ingressante: se ele ingressou no curso por meio de processo seletivo, por transferência de curso dentro da mesma instituição ou por transferência de outra instituição, além de outras formas de ingresso.

São as fórmulas que permitem o cálculo da evasão a partir dos valores apresentados nos Censos da Educação Superior Brasileira, dados públicos e oficiais.

Para realizar o cálculo e estimar a Evasão anual do sistema, das IES e dos cursos, com dados agregados (exatamente e exclusivamente aqueles oficialmente disponibilizados) utiliza-se a taxa de permanência (ou seja, se calcula o número de alunos que permaneceram no curso, do qual se extrai a taxa de permanência na IES e no sistema) com a seguinte fórmula:

$$P = [M(n) - I_g(n)] / [M(n-1) - E_g(n-1)] \text{ onde:}$$

- ✓ P = Permanência
- ✓ M(n) = matrículas num certo ano
- ✓ M (n-1) = matrículas do ano anterior a n
- ✓ E<sub>g</sub> (n-1) = egressos do ano anterior (ou seja, concluintes)
- ✓ I<sub>g</sub> (n) = novos ingressantes (no ano n)

O índice de Evasão, ou abandono anual, é a diferença da taxa de permanência em relação à 100% e é dado por: **Evasão** = 1 - P (multiplicar por 100 para obter %).

Todos sabem que é possível fazer outros cálculos sobre a Evasão, incluindo a Evasão por IES e do Sistema, retirando-se do cálculo os ingressantes oriundos de transferências entre IES, ou entre cursos na mesma IES.

Entretanto, se esta metodologia fosse adotada por pesquisadores que não detêm os dados detalhados, haveria sérios problemas, uma vez que a metodologia de organização dos dados dos órgãos governamentais e a divulgação desses dados no Brasil sofrem mudanças recorrentes, que acabam por comprometer a abrangência das análises pela sociedade e até o rigor do acompanhamento da evolução da Evasão (e de outros indicadores do Ensino Superior) ao longo dos anos.

Para citar um exemplo, o Censo de 2009 apresentou apenas o número total de ingressantes por outras formas de ingresso sem os dados segmentados necessários para realizar os cálculos de Evasão de outras formas (ou seja, subtraindo-se os alunos que mudaram de IES, ou de Curso na mesma IES)<sup>15</sup>.

Pelas razões já apontadas e por se tratar de trabalho de pesquisa, o Instituto Lobo continuará usando, como tem feito desde o início do estudo em 2006, como base a Evasão do Conjunto dos Cursos.

<sup>14</sup> Item 11 da Bibliografia

<sup>15</sup> Esclarecimento da autora: Os dados segmentados não apresentados no Censo 2009 são os seguintes: Ingressantes oriundos de Mudança de Curso na mesma IES; Ingressantes por transferências de outras IES; Ingressantes por transferências ex-officio; Outros Ingressantes (matrícula cortesia, programas de estudantes, convênios, acordos internacionais e diplomados) e Reingresso e outros tipos de ingresso. O Instituto Lobo entende que não convém retirar dos ingressantes para cálculo da Evasão, aqueles oriundos de outras formas de ingresso que não o processo seletivo formal, pois são expressivos os que entram nas IES por outros mecanismos (ex: *ex-officio*, diplomados, acordos, etc.).

A evolução da Evasão Anual da Educação Superior do Brasil, medida pelo Instituto Lobo de 2006 a 2009, vinha sendo mais ou menos constante, ficando na ordem de 22% (vinte e dois por cento) para o conjunto de cursos superiores presenciais brasileiros.

Também tem sido constante a diferença da Evasão Anual das IES públicas e das IES privadas, cujas Evasões anuais tem ficado, respectivamente, na ordem de 11% e 25%. Ou seja, o setor público sempre apresenta Evasão menor.

Algumas das razões da diferença constante entre a Evasão do setor público e do setor privado decorrem do fato de que os dois setores possuem características muito diferentes, mas, infelizmente, para algumas autoridades do Ensino Superior, agora não é mais hora de se pensar no assunto separando os setores (ou entendendo as razões de cada setor), porque já não é momento para fazer uma clivagem pela categoria administrativa das IES, mas pela qualidade das IES.

Mesmo que as políticas públicas devam ter um foco maior em critérios que estejam baseados na qualidade institucional, o estudo da Evasão precisa levar em conta, sim, as diferenças que existem entre os setores público e privado, pois não pode existir uma política unificada para tratar o problema da Evasão para todo o Sistema Federal de Ensino em razão dessas diferenças.

Algumas ações podem ser usadas para ambos os setores, mas não é possível passar por cima de fatos concretos que exigirão análises e políticas distintas, uma vez que não se pode ignorar que a relação qualidade e gratuidade favorece, sobremaneira, a diminuição da Taxa Anual de Evasão encontrada em todos os estudos e nos recortes que levam em conta os dados das IFEs e das universidades estaduais de bom nível, principalmente as que compõem o Sistema Estadual Paulista.

Por fim, para medir a Evasão vale ressaltar que, seja qual for o método utilizado, o importante é poder medir a evolução da Evasão corretamente e de forma a garantir o melhor e mais imparcial entendimento possível do problema para definir as diferentes tendências sobre o tema e as políticas adequadas para cada uma delas.

### ***A Evasão da Instituição de Ensino***

Trata-se da Evasão na qual o aluno deixa a IES, mas não deixa o Sistema de Ensino Superior (ou seja, muda de instituição). Os órgãos governamentais e estudiosos podem medir a Evasão de um conjunto de Instituições, ou de uma única IES, por meio dos cálculos de dados gerais agregados, como já descrevemos no item “Evasão do Curso”.

Para se obter dados fidedignos sobre este tipo de Evasão, exclui-se da contagem de ingressantes os que mudaram de curso, mas permaneceram na IES. É a Evasão média por IES, na qual o aluno que vem de outra IES é considerado ingressante.

Recomendamos sempre que a própria IES faça diferentes cálculos, inclusive o cálculo denominado “Acompanhamento da Coorte”, que trabalha com o dado individualizado do próprio aluno, permitindo medir com exatidão a Evasão até do indivíduo, que vai além da vacância da vaga preenchida por outro aluno transferido.

O maior e mais comum problema que encontramos para combater a Evasão da IES, problema do qual, praticamente, em nossa opinião, derivam todos os demais, está ligado à prática corrente de imputar às questões de ordem financeira do aluno como sendo a grande (e quase única) causa de Evasão da IES.

Ou seja, não há a visão de que pode ocorrer Evasão (e ocorre em percentuais alarmantes!) em razão, ou por reflexo de problemas acadêmicos e, também,

administrativos e de atendimento ao aluno. Por isso, a Evasão da IES acaba não sendo tratada como deveria ser: como um problema de gestão institucional.

Não é difícil encontrar gestores muito bem intencionados que chegam a fazer pesquisas junto a alunos desistentes e que simplesmente “aceitam” que o argumento financeiro majoritariamente apresentado é a expressão da pura verdade, pois muitos não sabem, ou se esquecem de que diversas pesquisas indicam que o aluno, muitas vezes, prefere afirmar que o problema dele é financeiro a ter que enfrentar a reação de sua crítica a setores da IES, ou ao desempenho de docentes, gestores ou funcionários.

Por isso, pode ser mais fácil cruzar os braços, ou transferir para a Mantenedora a responsabilidade pelas questões financeiras e, assim, a Evasão passa a não ser mais um problema dos “acadêmicos”, que quase sempre preferem ficar bem distantes desses assuntos.

Para mudar a cultura gerencial e acadêmica das IES e aproximá-las um pouco mais da realidade, é fundamental ter em mente que o aluno não é sempre o culpado pela Evasão!

Como orientação aos gestores que querem diferenciar aqueles que realmente evadem por problemas financeiros dos que evadem por outras razões cabe uma dica: quem desiste por questões estritamente financeiras normalmente tem um histórico na instituição de busca de desconto, bolsas, negociações e outras tentativas que convergem (se ele de fato estiver satisfeito com o Curso e desejar continuar na IES) para a convicção de que, resolvido seu problema financeiro, ele permaneceria no curso. Se isso não ocorreu, provavelmente, o problema financeiro não foi (mesmo que existisse) a maior causa da Evasão desse aluno.

A Evasão é comparável às doenças chamadas de silenciosas, pois nem sempre há indicadores prévios de que vá ocorrer, ou já esteja em processo. Uma forma de antecipar o problema (a exemplo dos exames preventivos que se usa na Medicina) é verificar e acompanhar os alunos que começam a faltar às aulas e/ou que obtêm notas baixas, ou deixam de pagar o curso e não procuram por nenhum apoio ou solução para problemas financeiros. Estes casos vão redundar exatamente nos alunos que abandonam o curso/IES sem aviso ou explicação, ou que usam argumentos de ordem financeira para justificar sua saída. Como afirmamos, esses alunos podem até tê-los, mas geralmente como consequência, e não causa, de seu desinteresse em permanecer estudando no curso/IES atual.

O mesmo raciocínio pode ser atribuído àqueles que se transferem para outras IES e justificam sua saída por razões financeiras e não é verificado se as mensalidades das novas IES são mesmo menores, ou se estão localizadas mais próximo da moradia ou do trabalho desses alunos. Se a verificação demonstrar que o aluno se transferiu para um curso de valor semelhante, ou igualmente distante de seus locais de trabalho e residência, então é questionável o fator financeiro como preponderante na Evasão desse aluno.

É por isso que sempre afirmamos que a compreensão e o combate ao fenômeno da Evasão é um problema de gestão, que envolve vários elementos e vários níveis hierárquicos da IES, não apenas a alçada do Coordenador de Curso, ou do setor financeiro, como muitas vezes lhes é imputado.

Decisões da alta administração das IES (ou a falta delas), tomadas por mantenedores (no caso das instituições privadas), gestores, ou colegiados acadêmicos (mais no caso das IES públicas) também concorrem para facilitar, ou até mesmo induzir alunos a se evadirem, sem que haja noção disso!

Fica como exemplo destes fatos a decisão e a divulgação da missão da IES e/ou do Curso: definida por órgãos superiores, muitas missões ou perfis de formados criam expectativas que, se não são atendidas, geram decepção e quebra do vínculo de confiança do aluno, ou seja, destroem as razões que fizeram o aluno optar por aquela IES, ou Curso.

Quem já não viu propagandas muito bem elaboradas mostrando prédios maravilhosos e anunciando uma instituição “moderna e conectada” com a juventude veiculada por instituições que nada incorporaram de moderno em seus projetos pedagógicos, ou nas práticas docentes, cujo atendimento é amador e obsoleto, assim como sua infraestrutura, inclusive a tecnológica? O que dizer aos alunos que acreditaram na mensagem de modernidade, em especial àqueles que já possuem amplo e irrestrito acesso, domiciliar ou no trabalho, às modernas ferramentas das novas tecnologias?

Será que a IES, ao prometer que o curso é voltado ao ingresso quase imediato no mercado de trabalho, sem ter uma medida efetiva de quantos egressos estão realmente empregados para embasar essa propaganda, ao usar conceitos abstratos de qualidade (ou até concretos no caso das avaliações realizadas pelo MEC) muitas vezes de maneira a mostrar resultados como mais positivos do que realmente são, ao anunciar uma formação moderna e internacionalizada, mas que não corresponde ao que consta dos projetos dos cursos realmente executados, tudo isso não induz os alunos que acreditaram a pensar em desistir?

Uma coisa já se pode afirmar: o marketing pode até ajudar a atrair alunos em um primeiro momento, mas ainda é a opinião dos alunos e professores, levada pelo boca a boca, a maior responsável pela imagem de uma IES e pela escolha dos candidatos. Por isso, é melhor cumprir o que se promete, ou não prometer o que não se pode cumprir, pois isso é causa, entre outras já confirmadas, de Evasão de uma IES.

### ***A Evasão do Sistema***

É aquela em que o aluno deixa de estudar e abandona o sistema de ensino, ou seja, não se encontra mais estudando em nenhuma IES, de qualquer tipo dentro do sistema estudado. Exclui-se, desse cálculo de Evasão, os que se transferiram de curso dentro da mesma IES e os que se transferiram de IES. É a Evasão média do Sistema, que pode variar de abrangência, por exemplo, indo do Sistema Federal de Ensino ao Sistema de Ensino Superior brasileiro como um todo.

No caso do Sistema de Ensino Superior, é o percentual de estudantes que abandonou seus estudos universitários naquele ano em todo tipo de instituição existente no Brasil. Em alguns casos, o estudante não pede transferência e se submete a novo processo seletivo. Neste caso, este estudante também é considerado como tendo abandonado o Sistema, por não haver informação detalhada sobre isto.

A Evasão do Sistema é exatamente aquela que exige políticas públicas, que vão além das questões institucionais, acadêmicas ou até das individuais, uma vez que a Evasão é considerada um dos mais sérios problemas de um sistema educacional de qualquer nível, em qualquer lugar do mundo, que faz com que todos percam: além dos próprios alunos evadidos, os professores, as IES e todos os que nelas trabalham, quem os financia e a sociedade como um todo, pois compromete o desenvolvimento de um país!



## **Causas mais comuns da Evasão do Sistema**

O Instituto Lobo e a Lobo & Associados Consultoria puderam identificar, após mais de 12 anos de estudos, pesquisas e consultorias sobre Ensino Superior, e do material colhido na capacitação de mais de 20 mil gestores das IES, públicas e privadas, algumas das questões centrais da Evasão dos alunos. Cada uma delas mereceria um artigo, mas são apenas citadas para ajudar a ampliar o debate sobre o problema.

Estas questões afetam de formas diferentes o setor público e o setor privado, mas com certeza afetam a ambos e passam, necessariamente, por algum aspecto legal ou de políticas dos Governos Federal, Estadual e Municipais e, por isso, compõem o texto sobre a Evasão do Sistema. São elas:

- ✓ A baixa qualidade da Educação Básica brasileira: que pode ser mensurada pelos exames internacionais aplicados e é largamente anunciada e discutida, com ênfase cada vez maior, nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira;
- ✓ A baixa eficiência e o diploma do Ensino Médio: que não garante a suficiência de competências do candidato ao Ensino Superior, criando dificuldades de adaptação e acompanhamento do curso;
- ✓ A limitação das políticas de financiamento ao estudante: que mesmo com o FIES e o PROUNI ainda são largamente insuficientes (inclusive para os alunos do setor público que, em muitos casos, deixam de estudar por não terem meios financeiros de se manter);
- ✓ A escolha precoce da especialidade profissional: que o aluno se vê obrigado a realizar ainda em tenra idade, em razão da estrutura e da regulamentação do ensino brasileiro (citamos como exemplos o excesso de especialização – atualmente mais de 200 – dos tipos de Cursos de Graduação de Engenharia no Brasil, ou o fato de que aqui o Curso de Direito é uma graduação de 5 anos que já garante exercício profissional ao formado após exame da Ordem, quando em alguns países este curso é uma espécie de pós-graduação);
- ✓ A dificuldade de mobilidade estudantil: seja a transferência entre as IES nacionais (em especial para as IES públicas) ou o aproveitamento dos créditos cursados em outra instituição, mesmo que em IES congêneres, e, mais ainda, de créditos de instituições estrangeiras (enquanto os países desenvolvidos estão unificando currículos e carreiras docentes internamente e em blocos, como ocorre, para citar um exemplo, no Processo de Bolonha<sup>16</sup>);
- ✓ A rigidez do arcabouço legal e das exigências para autorização / reconhecimento de cursos: inovar os projetos pedagógicos dos cursos é um risco, em especial nas IES privadas, já que cada Comissão de Autorização e/ou Reconhecimento defende a visão de seus integrantes, nem sempre a mais moderna, ou viável;
- ✓ A falta de pressão para combater a Evasão: em virtude da cultura acadêmica, pela qual um curso nasce e responde às necessidades e visão dos docentes, em especial das IES públicas (e até de sindicatos, associações de classe e profissionais que trabalham muitas vezes pela reserva de mercado e manutenção do *status quo*);

---

<sup>16</sup> O Processo de Bolonha corresponde ao propósito da construção do Espaço Europeu do Ensino Superior que promoverá a mobilidade de docentes, de estudantes e a empregabilidade de diplomados entre os países membros.

- ✓ A legislação sobre a inadimplência no Brasil: uma excrecência demagógica que educa para o calote, favorece o acúmulo de dívidas pelo aluno e a Evasão das IES privadas;
- ✓ A enorme quantidade de docentes despreparados para o ensino e para lidar com o aluno real: o que ocorre, entre muitas razões, pela falta de formação didático-pedagógica de vários deles e pela acomodação oriunda da estabilidade precoce de muitos (por força legal nas IES públicas e de fato nas IES privadas), tudo isso somado à dificuldade de cobrança de desempenho e à pequena valorização do ensino nos planos e promoções de carreira docente, com valorização quase exclusiva da produção científica.

Existem outras razões? Claro que sim, apesar das causas apontadas serem, em nossa opinião, as mais reconhecidas entre estudiosos e gestores. Mesmo os vários casos particulares que complementam as causas que foram aqui apontadas e outros que vão de encontro ao que está aqui descrito, não deixam, em algum momento, de correr em paralelo ou sofrer as consequências dessas causas. Estudos e políticas que, de alguma forma, ajudem a combater esses problemas são fundamentais para diminuir a Evasão do Sistema e das IES.

### ***A Evasão do Aluno***

Esta é a Evasão que origina todas as outras, ou seja, a Evasão do Aluno gera a Evasão do Curso, da IES, ou do Sistema e só é possível medi-la com precisão por meio do acompanhamento da coorte, isto é, do acompanhamento da evolução da situação individualizada de cada estudante.

É essa Evasão que tem sido motivo de estudos por várias áreas do conhecimento e sobre a qual os gestores universitários deveriam buscar mais informações e dados, como se faz em qualquer atividade científica quando se quer resolver ou até entender um problema.

Para isso, é fundamental que os gestores e professores façam uma pergunta e respondam a si próprios: a Evasão é sempre culpa do aluno? Se a resposta for não, então vamos tratar do assunto com a importância que ele merece. Se a resposta for sim, mesmo assim é preciso tratar o problema com a mesma ênfase já que suas consequências envolvem todos que participam do processo de ensino, incluindo instituições e governos.

Estudos científicos sobre a Evasão são relativamente recentes. Desde 1975, várias teorias foram elaboradas para explicar a permanência de estudantes nas IES baseadas na análise da afinidade estudante-instituição a partir das variáveis ligadas aos estudantes, das variáveis institucionais e de temas mais específicos como a integração dos estudantes nas IES.

Até então prevaleciam hipóteses mais descritivas do que teóricas, tentando oferecer explicação baseada em uma única variável, em geral demográfica, ou psicológica.

Alguns avanços importantes sobre as teorias da Evasão serão descritos resumidamente a seguir.

## **TEORIAS DA EVASÃO**

Para resumir de forma bem suave e didática os principais estudos sobre a Evasão, apresentamos os principais representantes dos dois modelos precursores dos estudos de Vincent Tinto,<sup>17</sup> reconhecidamente o maior especialista no assunto, e, depois, um resumo dos principais pensamentos e conclusões do grande mestre.

### **Modelos Psicológicos**

- ✓ Ajzen<sup>18</sup> (1975) → Para esse autor, o estudante analisa as interações com o cotidiano, age segundo o sentido que ele lhe dá, e pela aceitação, ou rejeição da ideia de que a formação superior é significativa para sua vida futura.
- ✓ Ethington<sup>19</sup> (1990) → construiu um modelo psicológico em que foram incluídas as metas que os estudantes estabeleciam para si próprios.

Na opinião dos autores, a origem demográfica e as influências pessoais afetam diretamente nos valores, expectativas e aspirações dos estudantes, e influenciam sua decisão de permanecer, ou evadir-se.

### **Modelos de Integração Estudante – Instituição**

São modelos que analisam a compatibilidade entre estudantes e as IES. Em 1975, Spady<sup>20</sup> propôs um modelo baseado na teoria do suicídio de Durkheim. Segundo Durkheim<sup>21</sup> o suicídio se dá quando a pessoa rompe os laços com o sistema social por causa da falta de integração com a sociedade.

A partir daí, traçou as características que devem ser estudadas para analisar o estudante que se evade, demonstrando que quando há pouco apoio nas amizades e o *background* familiar não favorece ou valoriza os estudos, o aluno tende a se evadir mais. Baseia-se no fato de que a integração do aluno com a IES é fundamental para a sua permanência.

Quando a integração é incompleta, ou seja, quando o aluno não é capaz de atender às demandas dos sistemas acadêmicos e sociais da IES ele rompe seus laços, ou seja, de forma semelhante ao que faz um suicida ao desistir da vida, o aluno desiste da IES.

### **A Visão de Tinto, o Especialista**

Vincent Tinto, o mais conhecido autor no tema e que trabalha no modelo de integração estudante-IES, expandiu o trabalho de Spady incluindo na teoria do suicídio a teoria da troca: o ser humano evita comportamentos muito custosos e procura status, relacionamentos, interações e estados emocionais compensadores.

---

<sup>17</sup> Vincent Tinto, professor emérito da Universidade de Syracuse – USA – PHD em Sociologia e em Educação pela Universidade de Chicago.

<sup>18</sup> Item 3 da Bibliografia

<sup>19</sup> Item 9 da Bibliografia

<sup>20</sup> Item 13 da Bibliografia

<sup>21</sup> Item 2 da Bibliografia

Para ele, o estudante aplica a teoria da troca para determinar sua integração acadêmica e social. Se ele perceber que os benefícios que recebe são maiores do que os custos, ele permanece. Caso contrário, ele se vai.

Para Tinto, quem tem políticas e desenvolve estudos e ações para ajudar na aprendizagem e integração do aluno está, ao mesmo tempo, combatendo a Evasão.

Ele diz:

*“Temos observado o crescimento da indústria da retenção<sup>22</sup> para conseguir rápidos resultados para o problema. Embora este trabalho possa ter algum valor, é o trabalho dos professores e a capacidade da IES de construir uma comunidade educacional – que envolva ativamente o estudante na tarefa de aprender – que deve nortear a ação da IES. O foco deve ser a educação dos estudantes, não a retenção. Um programa bem sucedido de educação é o segredo para um programa bem sucedido de retenção. É preciso dar ênfase à construção de um apoio social e educacional da comunidade que envolva os estudantes nas ações de aprender”.*

Tinto faz, também, severas críticas à falta de exigência de uma formação didático-pedagógica dos professores universitários em geral. Ele afirma, de forma jocosa, mas com base na realidade americana (que vale para o Brasil): *“Os professores de nossas IES são os únicos professores do jardim da infância para cima que não foram treinados para ensinar”.*

A preocupação de Tinto com a interação do aluno na IES é reforçada por outros autores. Ele é claro nesse sentido: *“As pesquisas mostram que a frequência e a qualidade das interações dos estudantes com professores, funcionários e colegas representam um dos principais indicadores não só da permanência, mas também do aprendizado estudantil”.*

Os estudos sobre Evasão tem que ser capazes de apontar as estatísticas mais importantes, onde e como atacar o problema. Todos nós sabemos, ao ver as salas de aula, que o que Tinto afirma é verdade na maioria das IES: *“Mais de metade das evasões têm origem real no primeiro ano de curso”* diz Tinto. Portanto, é preciso conhecer muito bem os nossos ingressantes e suas necessidades.

Temos ainda grande dificuldade de lidar com o novo tipo aluno que chegou às nossas IES, muitos oriundos de classes econômicas menos favorecidas e, em razão da massificação da Educação Básica e de seus problemas, com claras deficiências acadêmicas. Por isso, Tinto recomenda: *“É preciso trabalhar para que nenhum estudante comece as aulas regulares tão atrasado, em relação aos demais, que sua integração no programa acadêmico regular seja impossível”.* E vai além: *“As IES deveriam considerar, seriamente, o estabelecimento de programas especiais para os novos alunos que sejam feitos, especialmente, para atender às suas necessidades específicas”.*

Para os alunos que conseguem acompanhar o curso sem problemas, ou que estão até bem mais avançados, Tinto adverte que é preciso cuidados para que eles não se desinteressem dos cursos em razão do atraso dos demais, mas acima de tudo, que é preciso conscientizá-los, e a todos os demais, que na IES, a aprendizagem é um trabalho coletivo. Tinto ensina: *“Os alunos devem estar envolvidos não só no seu aprendizado, mas no aprendizado dos colegas”.*

---

<sup>22</sup> Retenção é entendida nos EUA como política de combate à Evasão = antievasão.

Para finalizar o resumo sobre o que o mestre Tinto nos ensina, segue a confirmação de que a questão financeira não deve ser levada sempre para o primeiro plano: *“Embora os estudantes cite frequentemente razões financeiras para a Evasão, estas, na verdade, refletem o produto final e não a origem da decisão de sair. Esta decisão leva em conta as prioridades conflitantes do estudante”*.

Pesquisas do Instituto Lobo sobre inadimplência confirmam plenamente a opinião de Tinto em relação à inadimplência e sua importância na Evasão das IES privadas brasileiras. Existem muitos casos de inadimplência e Evasão que decorrem de problemas financeiros, mas raramente eles são causa isolada da inadimplência. Entretanto, o aluno inadimplente evade mais por ter mais um obstáculo a superar para permanecer estudando. É preciso que a IES crie políticas para que o aluno não acumule as dívidas de mensalidades.

## **PRINCIPAIS CAUSAS GERAIS DA EVASÃO**

Para realizar o primeiro trabalho sobre Evasão, no Seminário Nacional do Instituto Lobo / Lobo & Associados Consultoria: “A Evasão no Ensino Superior: de nada adianta atrair mais alunos, quando não se consegue mantê-los!”, realizado em 2006, foram também levantados estudos existentes em outros países e sites que traziam pesquisas sobre o tema.

Reproduzimos neste artigo um resumo das causas mais frequentes encontradas nos achados do Instituto Lobo / Lobo & Associados Consultoria da Evasão nas IES. É importante compará-las aos dados de cada IES para definir quais seriam as melhores ações em cada caso. São elas:

- ✓ Inadaptação do ingressante ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade;
- ✓ Formação básica deficiente;
- ✓ Dificuldade financeira;
- ✓ Irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES;
- ✓ Decepção com a pouca motivação e atenção dos professores;
- ✓ Dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES;
- ✓ Mudança de curso; e
- ✓ Mudança de residência.

Para ilustrar a dificuldade e provável incorreção de apontar uma única causa para a Evasão de um aluno, reproduzimos a frase de T.E. Corts, ex-presidente da Samford University, que explica a Evasão como se fosse o fim de um relacionamento:

*“Como certamente existem 50 maneiras de acabar um caso amoroso, de acordo com uma canção popular, existem, também, 50 maneiras e 50 razões para um estudante terminar seu “caso amoroso” com uma faculdade. Campanhas de curto prazo para acomodar alunos atendem urgências momentâneas, mas não constroem compromissos de longo prazo. Algumas pesquisas indicam que estudantes não abandonam faculdades por grandes razões, mas pelo acúmulo de pequenas razões que destroem suas justificativas de escolha de uma instituição.*



A experiência do Instituto Lobo e da Lobo & Associados Consultoria comprova que a frase é absolutamente correta e aplicável ao Brasil, devendo ser levada em conta pelos gestores das IES brasileiras.

As 50 maneiras citadas (que podem ser mais ou menos, na maioria dos casos) com certeza abrangem setores e processos distintos das IES e comprovam a visão de que a Evasão é um problema que deve ser trabalhado pela gestão institucional e não apenas por professores, ou pelo setor financeiro.

## **SETE PONTOS PARA BAIXAR A EVASÃO<sup>23</sup>**

Até hoje, nas atualizações dos estudos sobre Evasão, disponibilizadas pelo Instituto Lobo / Lobo & Associados, constam os indicadores da Evasão no Ensino Superior brasileiro – por Organização Acadêmica (Universidades, Centros Universitários e Faculdades), Categoria Administrativa (Pública Federal, Estadual e Municipal e Privada Particular e Comunitária / Confessional), Região, Estado, Área do Conhecimento e/ou por Curso – bem como os exercícios para ensinar a calcular a Evasão, exemplos das melhores práticas para combatê-la, um resumo das ações e alguns dos resultados desses programas internacionais bem sucedidos.

Infelizmente, como os exemplos brasileiros não são documentados em termos de exemplos e resultados mensuráveis, trazemos para este artigo um pequeno resumo de sete fatores que ajudam a baixar a Evasão, baseados em alguns exemplos bem sucedidos que foram divulgados internacionalmente:

**I - ESTABELECECER UM GRUPO DE TRABALHO ENCARREGADO DE REDUZIR A EVASÃO** → levantar níveis de satisfação dos alunos e estabelecer programas acadêmicos de integração e recuperação dos alunos novos. Exemplos bem sucedidos:

- ✓ “Gateway Program” da Universidade do Texas, em Austin, que recuperou alunos com problemas colocando-os ao nível dos demais quanto à Evasão e aprovação; e
- ✓ “Freshman Year College” da Universidade da Cidade de Nova York, em Brookling, que passou de uma Evasão de 50% para 23%, em 7 anos.

**II - AVALIAR AS ESTATÍSTICAS DA EVASÃO** → levantar épocas críticas para a Evasão e criar ações a partir dos achados. Exemplo bem sucedido:

- ✓ “Risk Point Intervention Program” da Universidade do Texas, em San Antonio, reduzindo de 38% para 31% a taxa de Evasão, em um ano.

**III - DETERMINAR AS CAUSAS DA EVASÃO** → comparar prioridades dos alunos com avaliação dos serviços educacionais, administrativos e comunitários. Exemplo bem sucedido:

- ✓ “Student Satisfaction Inventory”, do Huntington College, em Indiana, reduzindo taxas de evasão de 50% para 25%, em sete anos.

---

<sup>23</sup> Item 5 da Bibliografia com exemplificação elaborada pelo Instituto Lobo / Lobo & Associados a partir de sites americanos, inclusive das respectivas instituições e apresentado nos *workshops* para capacitação de gestores que os Diretores do Instituto Lobo / Lobo & Associados realizam nas próprias IES.

**IV - ESTIMULAR A VISÃO DA IES CENTRADA NO ALUNO** → envolver coordenadores, professores e funcionários de maneira obsessiva com o sucesso e bem estar do aluno. Todas as que têm êxito fazem isso.

**V - CRIAR CONDIÇÕES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS QUE ATRAÍRAM OS ALUNOS** → não decepcionar os calouros é essencial. Todas as que têm êxito fazem isso.

**VI - TORNAR O AMBIENTE E O TRÂNSITO NA IES AGRADÁVEIS AOS ALUNOS** → campus limpo e arrumado, com boas condições de trabalho e climáticas, também é cultura. Processos de Avaliação Institucional demonstram o grau de insatisfação dos alunos com as condições de muitas IES.

**VII - CRIAR PROGRAMA DE ACONSELHAMENTO E ORIENTAÇÃO DOS ALUNOS** → tem que ser proativo e permanente. Exemplos bem sucedidos:

- ✓ “Summer Institute for Academic Achievement” e o “Tutorial Service” da Universidade da Pennsylvania, que teve uma taxa de Evasão para os alunos participantes do programa de 20%, até o final do segundo ano, comparados com 69% de outros alunos com dificuldades que não aderiram ao programa.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**<sup>24</sup>

- ✓ O problema da Evasão e o que ela representa deve ser discutido com todos os envolvidos na IES: gestores, professores, funcionários e representantes de alunos;
- ✓ O combate à Evasão e a atração de alunos não devem ser encarados como tarefas da gestão superior, da área de marketing, ou de setores de atendimento: têm lugar no cotidiano, mas também em ações estratégicas que precisam de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação;
- ✓ Sem dados confiáveis e organizados de forma setorial e global, com indicadores e metas, não se faz bom planejamento, não se executa e não se avalia<sup>25</sup>;
- ✓ Há que se buscar a integração das áreas acadêmica e administrativo-financeiras da IES: ambas precisam caminhar juntas para entender e combater a Evasão;
- ✓ Apesar de ser viável a montagem de equipe técnica para estudar e acompanhar a Evasão, esse é um problema de gestão que se espraia por todo processo da IES e essa equipe precisa do apoio e do trabalho de todos da instituição;
- ✓ O comprometimento com o sucesso do aluno implica na coragem de buscar medidas, nem sempre simpáticas aos professores e alunos, para que se garanta o aprendizado e a medição desse aprendizado, tais como provas elaboradas por outros professores, avaliações de desempenho com consequências, etc.;

<sup>24</sup> Recomendações apresentadas no Seminário da ABMES e que fazem parte dos cursos de capacitação de gestores indoor e das palestras em DVDs do “Programa Livre de Capacitação Livre a Distância” do Instituto Lobo / Lobo & Associados sobre temas da gestão universitária.

<sup>25</sup> Item 20 da Bibliografia. O CD-ROM “Estudos sobre a Evasão no Brasil – Atualização com os dados do Censo INEP (2009)”, do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, oferece aos interessados um rico benchmarking, com possibilidades de análises e comparações e artigos publicados no site www.institutolobo.org.br.

- ✓ Afirmar que as questões financeiras (da IES e do aluno) não dizem respeito à academia, é ignorar que tudo o que afeta a missão de uma IES envolve, necessariamente, a academia;
- ✓ No fundo, todos os problemas de uma IES passam, necessariamente, pela GESTÃO. A gestão universitária é uma profissão para a qual é preciso treinar os professores e profissionais que a ela se dedicam, ou pensam / se propõem a se dedicar e, por isso, os gestores das IES precisam ser capacitados para entender e combater a evasão! e
- ✓ Não se pode ensinar ao aluno a ser um profissional e um cidadão comprometido quando uma IES demonstra amadorismo em seus processos e descuidos em relação ao seu maior compromisso: o aluno, que é a razão de ser de uma IES!

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Livros**

1. CLINITA, A. F., *Student Retention Success Models in higher Education*, Editor CNJ Associates Inc, (1996).
2. DURKHEIM, E. – *O suicídio, Estudo Sociológico*. Editora Presença – 7ª edição (2001)
3. FISHBEIN, M., and AJZEN, I. *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. Reading, MA: Addison-Wesley (1975)
4. JARVIS, T. J., *Class Size and Teacher Effects on Student Achievements and Dropout Rates in University-level Calculus*, preprint, Brigham Young University, (2000).
5. KOTLER, P. e FOX, F. A., *Marketing Estratégico para Instituições Educacionais*, Editora Atlas, São Paulo (1994)

### **Artigos em Revistas**

6. BRADBURN, E., Short-term Enrollment in Postsecondary Education, *Postsecondary Education*, Vol. IV (2002)
7. BRAWER, F. B., Retention-attrition in the Nineties, *ERIC Digest* (1996)
8. DILLON, M. e KOKKELENBERG, E. C., The Effects of Class Size on Student Achievement in Higher Education, *Annual AIR Forum*, Canada, (2002)
9. ETHINGTON, C.A. A psychological model of student persistence. *Research in Higher Education*. Vol. 31, nº 3. (1990)
10. ISHITANI, T. T. e SNIDER, K. G., Longitudinal Effects of College Preparation Programs on College Retention, Association for Institutional Research, *IR Applications*, Vol. 9 (2006)
11. LOBO, R. L.; MOTEJUNAS, P.R.; HIPÓLITO, O. e LOBO, M.B. Estudo: a Evasão no Ensino Superior Brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, V-37, N-132. (set/dez 2007)
12. LOBO, R. L. An Exactly Soluble Model Relating Undergraduate Performance Indicators. *Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP – Universidade de São Paulo*. Publicado, também, no site [www.institutolobo.org.br](http://www.institutolobo.org.br) (2007)

13. SPADY, W.G. Dropouts from higher education: An interdisciplinary review and synthesis. *Interchange*. Vol. 1, nº 1. (1970)

### **Artigos em Jornais**

14. BLANC, R. A., DEBUHR, L. E. e MARTÍN, D. C., Breaking the Attrition Cycle, *The Journal of Higher Education*, Vol. 54, No. 1 (1983)
15. CABRERA, A. F., CASTANEDA, M. B., NORA, A., HENGSTLER, D., The Convergence Between Two Theories of College Persistence, *The Journal of Higher Education*, Vol. 63 (1992)
16. LOBO, R. L.; HIPÓLITO, O. e LOBO, M.B., Estudo: Evasão no Ensino Superior: Causas e Remédios. *Jornal Folha de S.Paulo*. (15/janeiro/2007)
17. MCDANIEL, C., Student Retention in an Historically Black Institution, *College Student Journal*, Março, (2001)
18. TINTO, V., Limits of Theory and Practice in Student Attrition, *The Journal of Higher Education*, Vol. 53 (1982)
19. WOODDARD, D. B., MALLORY, S. L. e DE LUCA, A. M, Retention and Institutional Effort: A Self-study Framework, *NASPA Journal*, Vol. 39, (2001)

### **Trabalhos Acadêmicos**

20. LOBO, R. L.; MOTEJUNAS, P.R.; HIPÓLITO, O. e LOBO, M.B. Estudos sobre a Evasão no Ensino Superior Brasileiro – 2000 a 2005, com atualizações dos dados de 2006 a 2009. CD-ROM.

### **Consultas on-line**

21. ACT - American College Testing, *National Collegiate Retention and Persistence to Degree Rates* (2005). Disponível em: [www.act.org](http://www.act.org). Acesso em dezembro/2006.
22. HEFCE - Higher Education Funding Council of England, Inglaterra. Disponível em: <http://www.hefce.ac.uk/>. Acesso em dezembro/2006.
23. SEIDMAN, A., *Retention Revisited*, Center for the Study on College Student Retention (1996). Disponível em: [http://www.cscsr.org/article\\_retention\\_revisited.html](http://www.cscsr.org/article_retention_revisited.html). Acesso em dezembro/2006.
24. SYRACUSE UNIVERSITY. *Five Years Retention Plan*,. Disponível em: <http://www.retentioncenter.syr.edu/5-year-plan.html>. Acesso em dezembro/2006.

### **Organizações / Instituições**

25. CINDA - Centro Universitario de Desarrollo. *Repitencia y Deserción Universitaria en América Latina*. Chile (2006)
26. GABRIEL, G. E., *Student Retention at NBC and Strategies for Improvement*, Northern Virginia Community College, Office of Institutional Research (2001)
27. HABLEY, W. R., *GAT Works in Student Retention*, Iowa University, Research Report, ACT Inc., (2004)
28. SINGELL, L. D., *Come and Stay a While: Does Financial Aid Effect Enrollment and Retention at a Large Public University?* Relatório CHERI (Cornell Higher Education Research Institute) (2001)



29. TINTO, V., *Student Success and the Construction of Inclusive Educational Communities*, American Association of State Colleges and Universities - AASCU, (2005)
30. UNIVERSITY OF FLORIDA, Board Retention Database. *Retention and Graduation Rates*, (2000)
31. WAMBACH, C., MAYER, A., HATFIELD, J. e FRANKO, J., *Leaving General College*, University of Minnesota, General Office for Research and Evaluation (2002)
32. WOLFF, R., *Minority Students and Higher Education in Europe*, Europe Group, of Conference “Immigration in Europe” (2003)

---

Artigo publicado no ABMES Cadernos nº 25 e no site em dezembro de 2012